

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

A **NOVAE ENERGIES DO BRAZIL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.** é uma empresa regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 12.285.395/0001-03, com sede na Rua Professor Wilson Aguiar, 125, município de Fortaleza, estado do Ceará - CEP: 60811-590.

Os empreendimentos estão de acordo com as normas vigentes na legislação ambiental nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, atendendo todas as exigências requeridas para a implantação e operação dos parques eólicos. As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação de empreendimentos de geração de energia elétrica e atividades correlatas, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas nesse capítulo.

Os capítulos da Lei Maior pertinentes ao meio ambiente que regem cada esfera do poder, serão citados. Os demais instrumentos legais nas esferas Federal, Estadual e Municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas referentes ao meio ambiente e, em particular, as que envolvem direta e indiretamente projetos, instalações e operações de Centrais Geradoras Eólicas, serão citados e discriminados.

4.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988 consagrou em normas expressas as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do Art. 23, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural dos monumentos e paisagens naturais, dos sítios arqueológicos, do meio ambiente, combate à poluição e preservação das florestas, da fauna e da flora.

O Art. 24 fixou a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre a floresta, a pesca, a fauna, a conservação da natureza, a proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico além de legislar sobre a responsabilidade

por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

O Art. 225 do Capítulo VI da Constituição expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista.

A Constituição assegurou-lhes as seguintes prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão; exigir precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, Estudo de Impacto Ambiental o qual deverá ser publicado; obrigar os que exploram recursos minerais a recuperarem o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente e impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

Sendo a **NOVAE ENERGIES DO BRAZIL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.**, um empreendedor voltado para a produção de energia eólica, sujeita-se ao Licenciamento Ambiental, conforme previsto na Resolução nº 237 do CONAMA, motivo pelo qual foi elaborado o EIA/RIMA, conforme exigência do órgão competente, qual seja a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE.

Ressalta-se que os empreendimentos farão uso de menos de 5% das APP'S do terreno. Essa ocupação se fará pelos acessos que podem transpor essas áreas.

Os empreendimentos são de utilidade pública, visando o interesse nacional, e de baixo impacto ambiental quando em operação, o que, por sua vez, torna possível tal intervenção segundo o que dispõe a Resolução nº 369 do CONAMA.

A **NOVAE ENERGIES DO BRAZIL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.** atende a todos os requisitos da legislação aplicável, bem como as demais pertinentes.

Demais legislações aplicáveis:

- ❖ Leis Federais
- ❖ Decretos Federais
- ❖ Resoluções
- ❖ Medidas Provisórias
- ❖ Portarias Federais

4.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

O Capítulo IV da Constituição Estadual dos Artigos 259 a 2711 refere-se ao meio ambiente, sobre os direitos e deveres de preservá-los e sobre os mecanismos e formas de articulação do poder público e da coletividade, visando a preservação de um ambiente equilibrado e uma qualidade de vida sadia para as futuras e presentes gerações.

A **NOVAE ENERGIES DO BRAZIL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.** atende a todos os requisitos da legislação aplicável, bem como as demais pertinentes.

Demais legislações aplicáveis:

- ❖ Leis Estaduais
- ❖ Decretos Estaduais
- ❖ Outras Normas

4.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Baseada na Lei Orgânica do Município de Ibiapina.